



Pessoa Coletiva de Direito Público n.º: 501 121 030 Divisão Financeira e Patrimonial Aprovisionamento

CONTRATO

CONSULTA PRÉVIA para a Aquisição por LOTES, de serviços de Transporte de alunos e crianças para as escolas, infantários e creches do concelho de Idanha-a-Nova, e a que se refere o seguinte lote a concurso:

	LOTE 2: Zona de Monsanto Penha Garcia
	No dia vinte e nove do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro , no Município
d	e Idanha-a-Nova - Câmara Municipal, a fim de se reduzir a escrito o presente contrato,
C	ompareceram como Outorgantes:
P	RIMEIRO: Armindo Moreira Palma Jacinto ,
	qualidade de
P	residente do Município de Idanha-a-Nova - Câmara Municipal , Pessoa Coletiva de Direito
P	úblico número 501 121 030 , no uso da competência que lhe é conferida nos termos das
а	líneas f) e g) do n.º 1 do art.º 35.º (Competências do presidente da câmara municipal) da Lei n.º
7	5/2013, de 12 de Setembro, conjugada com as Competência para autorizar despesas no
â	mbito das autarquias locais, e na sequência dos Despachos de dia oito de agosto de dois mil
е	vinte e quatro com base nos quais foi AUTORIZADA a adjudicação da CONSULTA PRÉVIA,
0	bjeto do presente contrato e APROVADA a minuta do respetivo contrato
S	EGUNDO: Manuel Carreiro Antunes,
	de representante
le	egal, da entidade Sociedade de Transportes Automóveis Penhagarcience, Lda , pessoa
C	coletiva número 500 487 715, Sociedade por Quotas com sede em Largo da Devesa numero 12
А	, Penha Garcia, Distrito de Castelo Branco, concelho de Idanha-a-Nova e Freguesia de Penha
G	Garcia, e matriculada na Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Idanha-a-Nova,
C	orrespondente à anterior matricula n.º 61/19681015 na Conservatória do Registo
C	ivil/Predial/Comercial de Idanha-a-Nova;
	Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo meu conhecimento pessoal, bem como a
q	ualidade em que outorga; e a do segundo, pela apresentação de documentação valida,
s rmindo Moreira residente da Ca	ubmetida via Plataforma Eletrónica Palma Jacinto âmara Municipal de Idanha-a-Nova





PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI DITO, na qualidade em que outorga: que, de harmonia
com o despacho de adjudicação, de dia oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, adjudicou
à representada do segundo outorgante, mediante CONSULTA PRÉVIA, o procedimento para
Aquisição por LOTES, de serviços de Transporte de alunos e crianças para as escolas, infantários
e creches do concelho de Idanha-a-Nova, e a que se refere o seguinte lote a concurso: LOTE 2:
Zona de Monsanto Penha Garcia
PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI AINDA DITO, na qualidade em que outorga: que no dia
oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, foi também APROVADA a minuta do respetivo
contrato
Ao abrigo do disposto no artigo 102.º do CCP, o adjudicatário, formalizou a sua concordância
expressa com o teor da minuta de contrato em nove de agosto de dois mil e vinte e quatro
Que, assim vem celebrar o presente contrato, nos termos seguintes:
PRIMEIRO:
A CONSULTA PRÉVIA é adjudicada pelo valor de 10.200,00€ (Dez Mil e duzentos Euros), de
harmonia com proposta anexa, que adiante se arquiva, apresentada pelo segundo outorgante,
não estando incluído o IVA
SEGUNDO:
Os serviços que constituem a prestação objeto do presente contrato, compreendem serviços
de transporte de alunos e crianças para as escolas, infantários e creches do concelho de acordo
com o seguinte itinerário: Salvador ▶▶ Monsanto ▶▶ Monsanto /Baluarte ▶▶ Relva ▶▶ Penha
Garcia ▶▶ Termas de Monfortinho e vice-versa, sem prejuízo dos itinerários podem ser
adaptados pelo Município de Idanha-a-Nova em função da identificação de novas necessidades
da comunidade estudantil alvo dos presentes serviços e dos horários dos estabelecimentos de
ensino, mantendo-se as principais origens e destinos, conforme o definido na Cláusula 3.ª
Especificações Técnicas para a aquisição de serviços (LOCAL / OBJECTO; QUANTIDADES;
ITINERÁRIO BASE E ALUNOS ESTIMADOS; PERCURSOS E EXTENSÃO DOS SERVIÇOS DE
CADA LOTE; PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS; PREÇO BASE E VALOR DO CONTRATO;
HORÁRIOS; LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS; TIPO DE VIATURA; FATURAÇÃO;
Outros; PAGAMENTO; OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS; OBSERVAÇÕES





COMPLEMENTARES; ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL; PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENTREGA,
CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS) e restante clausulado do Caderno de
Encargos); os quais serão executados / entregues com toda a solidez e perfeição
TERCEIRO:
a) Os serviços serão prestados pelo prazo de 102 (cento e dois) Dias , a contar da data da
publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos,
<u>https://www.base.gov.pt/</u> , como condição de eficácia do respetivo contrato,
independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de
quaisquer pagamentos
b) Na execução do contrato, deverão ser respeitadas as normas do caderno de encargos, e as
normas contidas no Código dos Contratos Públicos (CCP)
QUARTO:
O contrato entra em vigor, a partir da data da sua celebração, e/ou, após a respetiva
publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos,
como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer
pagamentos
O contrato termina, quando executados todos os serviços objeto do presente contrato e
aquisição de bens que lhe estão intrínsecos, se for o caso, esgotada a verba cativa para o
presente procedimento, ou terminado o prazo definido para a sua execução
O prazo de execução / entrega, conforme documentação do procedimento, não poderá ter
uma duração máxima de contrato superior a 3 anos
QUINTO:
As condições de pagamento serão as que constam na documentação do procedimento, ou
seja:
a) O pagamento será mensal, de acordo com os quilómetros executados e/ou serviços
prestados;
b) Mediante as devidas confirmações / validações das faturas , pelo responsável do controlo
do procedimento, e designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar
permanentemente a execução





c) Qualquer pagamento só será efetuado, após a respetiva publicitação, pela entidade
adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, https://www.base.gov.pt/ ,
como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer
pagamentos, conforme definido no Caderno de Encargos do procedimento, objeto do presente
contrato
SEXTO:
No caso de incumprimento do objeto do presente contrato e das condições expressas nos
documentos processuais, poderão ser aplicadas as sanções pecuniárias previstas no caderno
de encargos bem como o estipulado no Código da Contratação Publica
SÉTIMO:
Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do
Tribunal Administrativo de Círculo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.
OITAVO:
Que, em tudo o mais não previsto neste contrato se aplicará a legislação própria em vigor
NONO:
O contrato pode ser objeto de modificação nos termos previstos no CAPÍTULO V -
Modificações objetivas do contrato, no artigo 311.º e seguintes do Código dos Contratos
Públicos
PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO : que, na qualidade em que outorga, aceita o teor,
com todas as obrigações que dele emergem, pela forma como fica exarado neste contrato e
documentos que dele ficam a fazer parte integrante, e adiante citados, renunciando a todo o
benefício ou direito que, de qualquer modo, as possa limitar, restringir ou anular
PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI AINDA DITO: que os encargos a satisfazer no corrente
ano e resultantes deste contrato, têm cabimento na respetiva dotação orçamental, a saber:
Classificação Orgânica: 0102 Câmara Municipal; Classificação Económica: 020210 Transportes;
GOP: 2 – FUNÇÕES SOCIAIS; 001 EDUCAÇÃO; 2024/21 Transportes Escolares; e com o número
sequencial de compromisso 46271 e Contrato 109 de 2024





Assim o disseram e outorgaram
Ficam arquivados:
a) Caderno de Encargos;
b) Declarações da empresa, conforme constam do <u>ANEXO I e II</u> ao Código dos Contratos
Públicos;
c) Convite à apresentação de proposta;
d) Proposta do Segundo Outorgante, submetida via Plataforma Eletrónica;
e) Documento comprovativo de <u>DECLARAÇÃO EMITIDA PELA SEGURANÇA SOCIAL</u> – Instituto da
Segurança Social, I.P, comprovativa da regularização da situação contributiva da entidade
adjudicatária, para com a aquela instituição, em 09 de agosto de 2024, válida por quatro meses,
comprovativa de que a firma representada pelo segundo outorgante tem a sua situação
contributiva regularizada perante aquela Instituição;
f) Documento comprovativo de <u>CERTIDÃO EMITIDA PELA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E</u>
ADUANEIRA, Serviço de Finanças de IDANHA-A-NOVA - [0639] , comprovativa da situação
tributária regularizada em 09 de agosto de 2024, válida por três meses, comprovativa de que a
representada do segundo outorgante não é devedora de qualquer Contribuição ou Impostos ao
Estado;
g) Documento comprovativo de <u>CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL</u> da entidade SOCIEDADE
DE TRANSPORTES AUTOMÓVEIS PENHAGARCIENSE, LDA, válido até dia 24 de outubro de
2024, emitido pelo Ministério da Justiça – Direção-Geral da Administração da Justiça, e dos
legítimos representante segundo outorgante: Manuel Carreiro Antunes, comprovativo de que
não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º
(Impedimentos) do CCP, válido até dia 24 de outubro de
alíneas b) e i)
do artigo 55.º (Impedimentos) do CCP, válido até dia 07 de novembro de 2024, emitidos pelo
Ministério da Justiça – Direção-Geral da Administração da Justiça;
h) Documento comprovativo do Despacho de Adjudicação do dia 08 de agosto de 2024;
i) Não foi exigida a prestação de caução;
j) Para efeitos do cumprimento do artigo 290.º-A, do CCP, foi designado como gestor do
presente contrato, com a função de acompanhar permanentemente a concretização deste,





k) Documento que comprove/ demonstre o número de <u>REGISTO CENTRAL DE BENEFICIÁRIO</u>
EFETIVO, para efeitos da verificação de impedimentos, em cumprimento dos artigos 36.º e 37.º
da Lei 89/2017 de 21 de agosto (Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo);
l) Documento comprovativo de <u>CERTIDÃO PERMANENTE, DE TEOR DO PACTO SOCIAL DA</u>
EMPRESA onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato,
emitida pela Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Idanha-a-Nova, e a que
corresponde à anterior matricula nº 61/19681015 na Conservatória do Registo
Civil/Predial/Comercial de Idanha-a-Nova subscrita em 06 de junho de 2024 e válida até dia 06
de junho de 2024, pela qual verifiquei a qualidade em que outorga o legítimo representante do
2.° outorgante
m) Para efeitos de complemento às condições Particulares, foi submetida DECLARAÇÃO emitida
Caixa Agrícola Seguros, na qual aquela entidade declara que na cobertura de responsabilidade
Civil está subscrito o capital de 50.000.000,00EUR, o qual inclui o capital mínimo obrigatório de
€15.500.000,00, sendo €12.900.000,00 para danos corporais e €2.600.000,00 para danos
materiais e que diz respiro à la
acompanhada de documento comprovativo
n) Seguro de Responsabilidade Familiar, emitido por GENERALI TRANQUILIDADE, na qual é
assegurado com aquela entidade segurado os valores e riscos constantes nas condições
particulares do seguro;
o) licença do veículo para o transporte coletivo de crianças [,
devidamente emitido pela entidade reguladora, IMT – Instituto da Mobilidade e dos
Transportes, I.P, válida até dia 23 de julho de 2026;
p) ANEXO V ao convite à apresentação de propostas, DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO
CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTARES vigentes e as que porventura venham a ser
implementadas, no âmbito do transporte, acompanhamento e segurança das crianças,
subscrita pelo legítimo representante do 2.º Outorgante, Manuel Carreiro Antunes;
q) DOCUMENTO ÚNICO DO T
r) DOCUMENTO COMPROVATIVO DA HABILITAÇÃO PARA O TRANSPORTE COLETIVO DE
CRIANÇAS, de Maria Moreira Pires Antunes;
s) Declaração de consentimento de Manuel Carreiro Antunes , na qual DECLARA A SUA NÃO
VONTADE EM FORNECER OS DADOS, bem como o respetivo tratamento em ficheiros de dados
pessoais informatizados ou manuais, PARA OUTRA FINALIDADE, que não a do presente
procedimento, no âmbito do CCP





Este contrato foi submetido e celebrado na plataforma electrónica em uso no Município de
Idanha-a-Nova, devidamente acompanhado de assinatura eletrónica, conforme estabelece o
Código da Contratação Pública
PRIMEIRO OUTORGANTE
Armindo Moreira Palma Jacinto
SEGUNDO OUTORGANTE
Manuel Carreiro Antunes